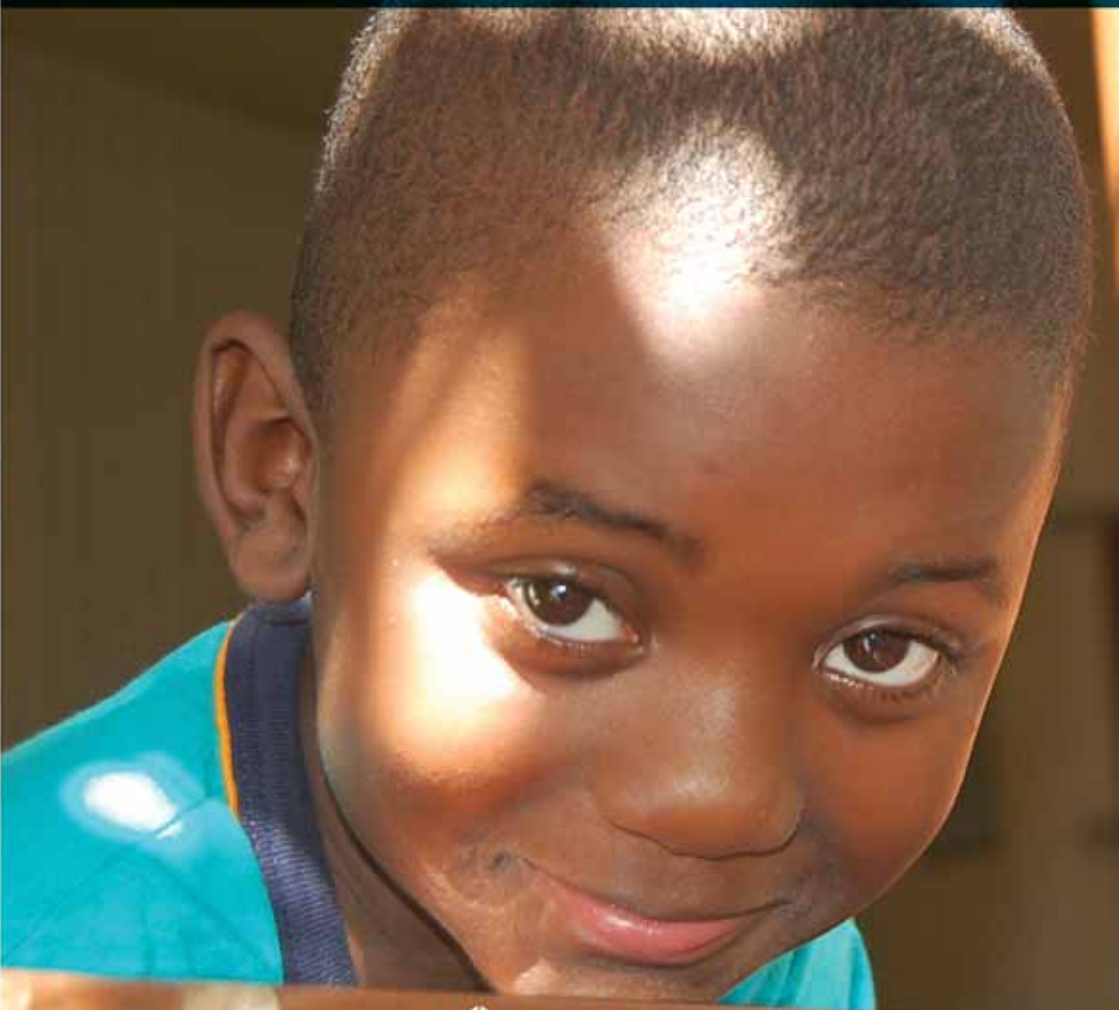


DIREITOS E DEVERES DOS SOLICITANTES DE REFÚGIO E REFUGIADOS NO BRASIL

Rights and duties of asylum seekers and refugees in Brazil
Droits et devoirs des demandeurs d'asile et des réfugiés au Brésil
Derechos y deberes de solicitantes de asilo y refugiados en Brasil



UNHCR
ACNUR

Agência da ONU para Refugiados

DIREITOS E DEVERES DOS SOLICITANTES DE REFÚGIO E REFUGIADOS NO BRASIL

Rights and duties of asylum seekers and refugees in Brazil
Droits et devoirs des demandeurs d'asile et des réfugiés au Brésil
Derechos y deberes de solicitantes de asilo y refugiados en Brasil





DIREITOS E DEVERES

DE SOLICITANTES DE REFÚGIO E REFUGIADOS

*A*s Nações Unidas atribuíram ao Alto Comissariado da ONU para Refugiados (ACNUR) o mandato de conduzir e coordenar ações internacionais para a proteção dos refugiados e a busca de soluções duradouras para seus problemas.

Com esta missão, o ACNUR no Brasil conta com o apoio das seguintes organizações da sociedade civil: Associação Antônio Vieira (ASAV), Cáritas Arquidiocesana de Manaus (CAM), Cáritas Arquidiocesana do Rio de Janeiro (CARJ), Cáritas Arquidiocesana de São Paulo (CASP), Centro de Defesa dos Direitos Humanos de Guarulhos (CDDH) e Instituto Migrações e Direitos Humanos (IMDH).

QUEM SÃO OS MIGRANTES? São todas as pessoas que deixam seus países de origem com o objetivo de se estabelecer em outro país de forma temporária ou permanente. Os migrantes podem ter, entre outras, motivações sociais e econômicas, pois tentam escapar da pobreza ou do desemprego, buscando melhores condições de vida, maior acesso a trabalho, saúde e educação.

QUEM SÃO OS REFUGIADOS? São todos os homens e mulheres (idosos, jovens e crianças) que foram obrigados a deixar seus países de origem por causa de um fundado temor de perseguição por motivos de raça, religião, nacionalidade, por pertencer a um determinado grupo social ou por suas opiniões políticas.

A legislação brasileira sobre refúgio (Lei 9.474 de 22 de julho de 1997) também reconhece como refugiadas as pessoas que foram obrigadas a sair de seus países devido a conflitos armados, violência e violação generalizada de direitos humanos.

Não podem se beneficiar da condição de refugiado as pessoas que cometeram crimes de guerra, contra a humanidade, contra a paz, crimes hediondos ou que participaram de atos terroristas ou do tráfico de drogas.



É missão do Alto Comissariado da ONU para Refugiados (ACNUR) assegurar os direitos e o bem-estar dos refugiados. O ACNUR empenha-se, juntamente com a sociedade civil, o Poder Público e o setor privado, em garantir que qualquer pessoa possa exercer o direito de buscar e receber refúgio seguro em outro país.

O REFÚGIO NO BRASIL O Brasil assumiu o compromisso internacional de fornecer proteção a refugiados que buscam sua integração e sustento, como qualquer cidadão brasileiro. A solicitação formal de refúgio regulariza, temporariamente, a permanência do solicitante no Brasil, garantindo-lhe o direito ao trabalho e o acesso aos serviços públicos de saúde e educação. Contudo, mesmo os estrangeiros que se encontram em situação irregular, deverão ter sua integridade e dignidade respeitadas de acordo com a legislação brasileira e os princípios internacionalmente reconhecidos de direitos humanos.

Se o pedido de refúgio for negado, a pessoa ficará ao amparo da legislação de estrangeiros no Brasil e, se for o caso, poderá buscar sua regularização migratória com base na legislação brasileira vigente sobre migrações e trabalho.

Depois de quatro anos de residência regularizada no país, os refugiados podem solicitar um visto de residência permanente no Brasil. A obtenção da residência permanente não lhes tira a proteção a que têm direito como refugiados.

De acordo com o Direito Internacional e com a lei brasileira de refúgio, solicitantes de refúgio e refugiados não podem ser devolvidos a territórios onde suas vidas ou liberdade estarão em risco – princípio conhecido como não-devolução (*non-refoulement*).

COMO SOLICITAR REFÚGIO NO BRASIL? Ao entrar no Brasil, o estrangeiro que se considera vítima de perseguição em seu país de origem deve procurar qualquer delegacia da Polícia Federal ou autoridade migratória na fronteira e solicitar formalmente a proteção do governo brasileiro. Deve-se buscar a Polícia Federal, preferencialmente, assim que cruzar a fronteira.

No entanto, a solicitação de refúgio pode ser feita a qualquer momento, ainda que o estrangeiro já esteja no Brasil há algum tempo. Seu pedido será encaminhado pela Polícia Federal ao Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE) – órgão vinculado ao Ministério da Justiça do Brasil, que o analisará e decidirá pelo reconhecimento ou não do refúgio.

As organizações parceiras do ACNUR (CAM, CARJ, CASP e IMDH) poderão auxiliar no procedimento de solicitação de refúgio.

- 1. Como é feito o pedido de refúgio na Polícia Federal:** o solicitante preencherá um formulário e será entrevistado. Caso o solicitante não fale português, a entrevista será feita com a ajuda de um intérprete. Feito isso, a Polícia Federal efetuará o Termo de Declarações, e remeterá o processo ao CONARE.
- 2. Protocolo provisório de solicitação de refúgio:** após receber o Termo de Declarações, o CONARE expedirá declaração autorizando a Polícia Federal a emitir o Protocolo Provisório de solicitação de refúgio. O Protocolo é extremamente importante, já que funcionará como documento de identidade do solicitante até a análise de seu caso. Com o Protocolo, o solicitante poderá solicitar o Cadastro de Pessoa Física (CPF) e a Carteira de Trabalho Provisória. O documento tem validade de seis meses e deverá ser renovado na Polícia Federal até o solicitante ter uma resposta final sobre o processo.
- 3. Entrevista com representante do CONARE:** tendo feito o pedido de refúgio, o CONARE ou a entidade da sociedade civil contatarão o solicitante para agendar a entrevista com um representante do CONARE. Essa entrevista é muito importante, pois auxiliará o CONARE na análise do pedido de refúgio. Por isso, se o solicitante mudar de cidade, ele deve informar seu novo endereço à Polícia Federal e também ao CONARE.

4 Decisão do CONARE referente ao pedido de refúgio:

Para saber qual foi a decisão do CONARE em relação ao pedido de refúgio, o solicitante deve se dirigir à Polícia Federal.

- 4.1. **Se a decisão for positiva:** o solicitante deve procurar a Polícia Federal para fazer o Registro Nacional de Estrangeiros (RNE).
- 4.2. **Se a decisão for negativa:** caso o solicitante não seja reconhecido como refugiado, ele será notificado da decisão pela Polícia Federal. O solicitante terá um prazo de 15 dias para, se quiser, protocolar recurso na Polícia Federal, o qual será remetido ao Ministério da Justiça para análise.
- 4.3. **Se o recurso tiver decisão negativa por parte do Ministro da Justiça:** esta decisão também será comunicada ao solicitante pela Polícia Federal. No caso de decisão negativa do Recurso o solicitante ficará sujeito à legislação de estrangeiros em vigor no Brasil (Lei 6.815/80).

Ao assistir os refugiados a regressar a seu país de origem ou a se reassentar em um terceiro país, o ACNUR, juntamente com os parceiros da sociedade civil, poder público e setor privado, trabalha na busca por soluções duradouras para os problemas dessas pessoas.



DIREITOS E DEVERES DOS SOLICITANTES DE REFÚGIO E DOS REFUGIADOS

Direitos dos solicitantes de refúgio residentes no Brasil:

- Ter acesso ao procedimento legal de solicitação de refúgio, gratuitamente e sem necessidade de advogado;
- Não ser devolvido para seu país de origem ou para onde sua vida possa estar em risco;
- Não ser discriminado pelas autoridades governamentais e pela sociedade;
- Não ser punido por entrada irregular no país;
- Receber a documentação provisória assegurada pela legislação: Protocolo Provisório, Cadastro de Pessoa Física (CPF) e Carteira de Trabalho;
- Ter os mesmos direitos e a mesma assistência básica de qualquer outro estrangeiro que resida legalmente no país. Entre os direitos civis básicos estão a liberdade de pensamento, de deslocamento e de não ser submetido à tortura e a tratamentos cruéis e degradantes. Já entre os direitos econômicos, sociais e culturais estão o acesso aos serviços de saúde pública e educação, direito ao trabalho e à liberdade de culto.

Direitos dos refugiados residentes no Brasil:

- Solicitar, por meio da reunião familiar, a extensão da condição de refugiado para parentes (cônjuges, ascendentes e descendentes) e demais componentes do grupo familiar que se encontrem no território nacional, conforme estabelece a Lei 9.474 e a Resolução Normativa n. 4 do CONARE;
- Receber toda a documentação assegurada pela legislação: Registro Nacional de Estrangeiros (RNE), Cadastro de Pessoa Física (CPF), Carteira de Trabalho e passaporte para estrangeiro – no caso de viagens previamente autorizadas pelo CONARE;
- Requerer a permanência após ter vivido quatro anos no país na condição de refugiado;
- Solicitar a permanência no Brasil em razão de ter cônjuge ou filho brasileiro;
- Reivindicar o acesso a procedimentos facilitados para o reconhecimento de certificados e diplomas.

Deveres dos solicitantes de refúgio e refugiados residentes no Brasil:

- Respeitar a Constituição Federal e as leis brasileiras, como todos os brasileiros e estrangeiros residentes no país. Qualquer crime ou infração cometida terá o mesmo tratamento legal dado aos cidadãos brasileiros;
- Observar especialmente as leis específicas de proteção das crianças, dos adolescentes e da mulher;
- Não exercer atividades de natureza política, nos termos do artigo 107 da Lei 6.815/80;
- Informar a Polícia Federal e o CONARE, no prazo de 30 dias, qualquer mudança de endereço;
- Manter sua documentação atualizada.

Deveres específicos dos refugiados:

- Não sair do território nacional sem autorização prévia e expressa do CONARE, sob pena de perder a condição de refugiado;
- Não praticar atos contrários à segurança nacional ou à ordem pública, sob pena de perder a condição de refugiado.

O ACNUR, em parceria com organizações da sociedade civil, do Poder Público e do setor privado, oferece proteção e assistência às pessoas sob o seu mandato de forma imparcial, com base nas suas necessidades e sem distinção de raça, sexo, religião ou opinião política.

Documentos assegurados aos solicitantes de refúgio e refugiados:

Além do Protocolo Provisório, todo solicitante de refúgio tem o direito de receber os seguintes documentos: Cadastro de Pessoa Física (CPF) e Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS). Já os refugiados reconhecidos pelo governo brasileiro têm o direito de receber, ademais, o Registro Nacional de Estrangeiros (RNE) e o passaporte para estrangeiro – no caso de viagens previamente autorizadas pelo CONARE. Saiba como solicitar cada um dos documentos abaixo:

REGISTRO NACIONAL DE ESTRANGEIROS (RNE)

Onde posso renovar ou solicitar pela primeira vez o RNE?

O solicitante de refúgio que teve a sua condição de refugiado reconhecida pelo Brasil tem o direito de obter o Registro Nacional de Estrangeiros (RNE), documento de identidade dos estrangeiros no Brasil. A emissão e a renovação do RNE são feitas em qualquer unidade da Polícia Federal.

Fique atento à data de vencimento do seu RNE. A renovação do RNE deverá ser feita três meses antes do vencimento do antigo registro, em qualquer unidade da Polícia Federal.

Passo a passo para emissão e renovação do RNE:

1. Comparecer ao Departamento da Polícia Federal e **solicitar junto aquele órgão a emissão da declaração do CONARE** relativa à condição de refugiado. Tal solicitação deverá ser realizada pela Polícia Federal pelo e-mail conare@mj.gov.br;
2. Preencher o requerimento no website da Polícia Federal: www.dpf.gov.br
3. Efetuar o pagamento da taxa GRU-FUNAPOL para estrangeiros: disponível no website da Polícia Federal (www.dpf.gov.br)



4. Comparecer a uma unidade da Polícia Federal e apresentar os seguintes documentos:
 - a) Duas fotos 3x4 (recentes, coloridas, frontais, com o fundo branco, sem data);
 - b) Requerimento preenchido no website da Polícia Federal;
 - c) Protocolo de solicitação de refúgio (apenas para os que solicitam RNE pela primeira vez);
 - d) Cédula de Identidade de Estrangeiro original (apenas para os que desejam renovar o RNE);
 - e) Declaração do CONARE reconhecendo a condição de refugiado no Brasil;
 - f) Comprovante de pagamento da taxa GRU-FUNAPOL.

5. Além dos documentos indicados acima, o estrangeiro pode também apresentar seu passaporte (se ainda estiver válido) e a sua certidão de casamento. **Estes documentos não são obrigatórios**, mas podem ser úteis.

Atenção:

1. O estrangeiro menor de 18 anos deverá se apresentar acompanhado dos pais ou responsável legal.
2. **Em caso de perda do RNE**, o refugiado deve comparecer primeiro a qualquer unidade da Polícia Civil para registrar Boletim de Ocorrência. Feito isso, deverá se dirigir à Polícia Federal portando tanto o Boletim de Ocorrência quanto os documentos correspondentes listados acima e solicitar a segunda via do RNE.
3. Em caso de perda do prazo de renovação, **não será cobrada multa do refugiado**.
4. Refugiados que obtiveram residência permanente, deficientes físicos e refugiados com mais de 60 anos estão **dispensados da renovação do RNE**, mesmo após o vencimento.

Em caso de dúvidas e para mais informações, entre em contato com a Polícia Federal pelo número 194 ou pelo e-mail estrangeiros@dpf.gov.br

CADASTRO DE PESSOA FÍSICA (CPF)

O que é o CPF e quem pode solicitá-lo?

O CPF é um dos principais documentos para cidadãos residentes no Brasil, pois permite o acesso a uma série de facilidades, como o Sistema Público de Saúde (SUS), o registro em instituições públicas de educação, a abertura de contas em bancos e outras operações financeiras. Qualquer pessoa física, nacional ou estrangeira, pode solicitar a inscrição no CPF.

Onde posso solicitar o CPF?

Em qualquer agência da **Caixa Econômica Federal** ou do **Banco do Brasil**. Nestas agências é cobrada uma taxa do solicitante. Os endereços das agências podem ser encontrados nos seguintes websites: www.bb.com.br ou www.caixa.gov.br

O estrangeiro também pode solicitar o CPF em uma das entidades públicas conveniadas, onde **o serviço é gratuito**. Os endereços das entidades públicas conveniadas podem ser encontrados no website www.receita.fazenda.gov.br

Quais são os documentos necessários para solicitar o CPF?

Os maiores de 16 anos deverão apresentar o original ou a cópia autenticada do seu documento de identificação. Os menores de 16 anos deverão apresentar o original ou a cópia autenticada do seu documento de identificação e o documento de identificação de um dos pais ou responsável.

Para mais informações, acesse o website

www.receita.fazenda.gov.br

CARTEIRA DE TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL (CTPS)

O que é a CTPS e quem pode solicitá-la?

A Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) é o documento que comprova toda a vida funcional do trabalhador. Este documento é obrigatório para o exercício de atividades profissionais e pode ser solicitado por qualquer pessoa maior de 14 anos, nacional ou estrangeira com residência regular no Brasil.

Onde posso solicitar a CTPS?

O interessado em tirar a Carteira de Trabalho e Previdência Social deverá dirigir-se à Superintendência Regional do Trabalho e Emprego (SRTE) ou à Gerência Regional mais próxima da sua residência, com todos os documentos necessários em mãos. Informações sobre a localização dos postos de atendimento podem ser obtidas pelo telefone 158 na Central de Atendimento Alô Trabalho.

Quais os documentos necessários para a CTPS?

1. Duas fotos em tamanho 3x4, com fundo branco, coloridas ou em preto-e-branco, iguais e recentes;
2. Registro Nacional de Estrangeiro (RNE) original acompanhada de cópia (frente e verso) OU protocolo expedido pela Polícia Federal original acompanhado de cópia;
3. Os estrangeiros que já foram reconhecidos como refugiados deverão apresentar também uma cópia da publicação no Diário Oficial (DOU) da decisão do CONARE que reconhece status de refugiado, disponível no website www.in.gov.br OU o ofício do CONARE.

Em caso de dúvidas e para outras informações, entre em contato com a Central de Atendimento Alô Trabalho por meio do número 158.

PASSAPORTE PARA ESTRANGEIRO

Preciso viajar para o exterior, mas não tenho passaporte. Como devo proceder?

Para viajar, o refugiado deverá solicitar uma autorização do CONARE e, com esta declaração em mãos, solicitar um passaporte na Polícia Federal. Este passaporte poderá ter validade limitada a **uma viagem de ida e volta** ou a um período determinado, se assim a Polícia estabelecer. Em geral, a Polícia Federal recolhe o passaporte quando o refugiado retorna da viagem para a qual o solicitou.

Quem pode solicitar esse passaporte?

O passaporte para estrangeiro emitido no Brasil poderá ser solicitado por apátridas, asilados e refugiados.

Passo a passo para solicitar a emissão do passaporte para estrangeiro:

1. Entrar em contato com o CONARE pelo telefone (61) 2025-3659 ou pelo email conare@mj.gov.br solicitando uma **autorização de viagem ao exterior**, informando o período, o motivo e o destino da viagem;

Atenção: o refugiado que sair do país sem autorização prévia do CONARE perderá a condição de refugiado.

2. **Apenas depois de obter a autorização do CONARE**, o refugiado deverá solicitar a emissão do passaporte para estrangeiro na Polícia Federal (www.dpf.gov.br) para então providenciar a emissão de seu bilhete aéreo;
3. Efetuar o pagamento da taxa GRU-FUNAPOL por meio de boleto gerado no próprio website da Polícia Federal;
4. Comparecer ao posto de atendimento indicado ao final do requerimento, apresentando comprovante de pagamento da taxa, documento de identidade e CPF.

Em caso de dúvidas e para mais informações, entre em contato com a Polícia Federal pelo número 194 ou acesse www.dpf.gov.br



RESIDÊNCIA PERMANENTE

Quem pode solicitar a Residência Permanente?

O refugiado ou asilado no Brasil poderá solicitar a residência permanente em qualquer unidade da Polícia Federal, se preencher pelo menos um dos requisitos abaixo:

- a) Residir no Brasil há no mínimo 04 (quatro) anos, na condição de refugiado ou asilado (conforme Resolução Normativa nº 91, de 10 de novembro de 2010 do CNIG); ou
- a) Ser profissional qualificado e contratado por instituição instalada no País; ou
- a) Ser profissional com capacitação reconhecida por órgão da área pertinente; ou
- a) Estar estabelecido com negócio resultante de investimento de capital próprio, que satisfaça os objetivos de Resolução Normativa nº 84 do Conselho Nacional de Imigração relativos à concessão de visto a investidor estrangeiro.

Passo a passo para solicitar a Residência Permanente:

A solicitação da Residência Permanente deverá ser feita em duas etapas:

1ª ETAPA

1. Preencher o formulário de requerimento no website do Ministério da Justiça: www.mj.gov.br;
2. Efetuar o pagamento da taxa GRU-FUNAPOL para estrangeiros: disponível no website da Polícia Federal (www.dpf.gov.br);
3. Comparecer a uma unidade da Polícia Federal e apresentar os seguintes documentos:
 - a) Formulário de requerimento preenchido no website do Ministério da Justiça;
 - b) Original e cópia autenticada do RNE;

- c) Atestado de Antecedentes Criminais expedido pelo Instituto de Identificação da Secretaria de Segurança Pública do Estado onde reside;
 - d) Original e cópia autenticada da Carteira de Trabalho (CTPS);
 - e) Duas fotos em tamanho 3x4, com fundo branco, coloridas, frontais, iguais, recentes e sem data);
 - f) Cópia de comprovante de residência (conta de água, luz ou telefone fixo ou móvel, ou declaração do dono do imóvel onde a pessoa vive, atestando a residência no imóvel);
 - g) Declaração de ausências do Brasil, especificando datas de saídas e chegadas no território nacional, com os respectivos destinos e motivos;
 - h) Comprovante do recolhimento da taxa GRU/FUNAPOL.
4. Além dos documentos indicados acima, o estrangeiro pode também apresentar em qualquer fase do processo outros documentos que apesar de **não serem obrigatórios** podem ser úteis:
- a) Garantia de matrícula e rendimento escolar;
 - b) Diploma e/ou Certificado de Formação e Curriculum Vitae;
 - c) Atestado de antecedentes do país de procedência em caso de reunião familiar e demais documentos citados na portaria;
 - d) Prova do meio de subsistência;
 - e) Cópia autenticada do documento de viagem, nítida e completa.
5. Acompanhar o processo no website www.mj.gov.br e aguardar a resposta da Polícia Federal.

2ª ETAPA

Se a resposta for positiva, e após a publicação do deferimento do pedido no Diário Oficial da União, o interessado deverá seguir os seguintes passos:

1. Efetuar o pagamento de duas taxas GRU-FUNAPOL para estrangeiros disponíveis no website da Polícia Federal (www.dpf.gov.br)
2. Comparecer à unidade da Polícia Federal e apresentar os seguintes documentos:
 - a) Formulário de requerimento preenchido no website do Ministério da Justiça;
 - b) Duas fotos em tamanho 3x4, com fundo branco, coloridas, frontais, iguais, recentes e sem data;
 - c) Cópia autenticada das páginas atualizadas do passaporte válido (se possuir);
 - d) Cópia autenticada do comprovante da data de entrada no Brasil (se possuir);
 - e) Cópia do Diário Oficial no qual foi publicado o deferimento do processo de permanência (disponível no website: www.in.gov.br). Em caso de republicação apresentar também a cópia do Diário Oficial com a primeira publicação;
 - f) Original e cópia autenticada do RNE ou do Protocolo;
 - g) Comprovante de recolhimento das duas taxas.

Atenção:

1. O estrangeiro menor de 18 anos deverá apresentar-se acompanhado dos pais ou do responsável legal;
2. Se o estrangeiro que conseguiu a Residência Permanente se ausentar do Território Nacional por mais de **02 (dois) anos ininterruptos**, ele perderá a permanência e terá seu registro e Cédula de Identidade de Estrangeiro **cancelados**.



RIGHTS AND DUTIES

OF ASYLUM SEEKERS AND REFUGEES IN BRAZIL

The United Nations High Commissioner for Refugees (UNHCR) is mandated by the United Nations to lead and coordinate international actions for the protection of refugees and to search for durable solutions to their plight.

In order to accomplish this mission, UNHCR in Brazil works with the following civil society organizations: Antônio Vieira Association (ASAV), Cáritas Arquidiocesana of Manaus (CAM), Cáritas Arquidiocesana of Rio de Janeiro (CARJ), Cáritas Arquidiocesana of São Paulo (CASP), Center for the Defense of Human Rights in Guarulhos (CDDH) and Migration and Human Rights Institute (IMDH).

WHO IS CONSIDERED AN INTERNATIONAL MIGRANT? International migrants are persons who move to countries other than that of their usual residence to live either temporally or permanently. Migrants often have social and/or economic motivations, with many fleeing from poverty or unemployment in search for better opportunities, such as better access to work, health or education.

WHO IS CONSIDERED A REFUGEE? Refugees are men and women (including elderly, young persons and children) who were forced to flee their countries of origin due to a well founded fear of being persecuted for reasons of race, religion, nationality, membership of a particular social group or support of a political opinion and are unable to, or owing to such a fear, are unwilling to return.

The Brazilian law on refugees (Law 9.474 of July 22nd 1997) also recognizes refugees as persons who were forced to leave their countries of origin due to armed conflicts, violence and massive human rights violations.

People who committed crimes against humanity, war crimes, crimes against peace and heinous crimes or who took part in terrorist acts or drug trafficking are not eligible to receive refugee status.



It is the mission of the United Nations High Commissioner for Refugees (UNHCR) to ensure that the rights and well-being of refugees are safeguarded. UNHCR works with civil society, government and private sector actors, to ensure that any person can exercise the right to seek asylum and find safe refuge in another State.

ASYLUM IN BRAZIL Brazil has made an international commitment to grant the same protection to refugees as that granted to any other Brazilian citizen seeking integration and support. The formal asylum request temporarily regularizes the applicant's stay in the country, securing their right to work and access to public services such as health and education free of charge. However, even when in an irregular situation, the individual's integrity and dignity must be respected, in accordance with human rights principles enshrined in the Brazilian legislation.

If their asylum claim is denied, the person will be held by the foreigner's legislation of Brazil and, if appropriate, seek his immigration regularization based on the current migration and work legislation. After four years of regularized residence in the country, refugees may apply for a permanent residence visa in Brazil. The grant of the permanent visa does not imply the loss of the refugee status.

According to the International Law and the Brazilian Refugee Law, asylum seekers and refugees cannot be forcefully returned to territories where their life or freedom are at risk - principle of *non-refoulement*.

HOW TO SUBMIT AN ASYLUM CLAIM IN BRAZIL? When entering the country, foreigners who consider themselves victims of persecution in their country of origin should go to any Federal Police station or immigration authority at the border and formally request protection from the Brazilian government. It is strongly recommended that the Federal Police is sought as soon as crossing the border.

Nevertheless, an asylum claim may be submitted at any point in time after an individual arrives in the country, even if he/she has already been in Brazil for some time. The request will be forwarded to the National Committee for Refugees (CONARE) a collegial body linked to the Ministry of Justice, which will review and deliberate over whether or not refugee status will be granted.

UNHCR's implementing partners (CAM, CARJ, CASP and IMDH) might support the asylum seeker during the refugee status determination procedure.

Step-by-Step of the Asylum Request:

1. **How to apply for asylum at the Federal Police:** the applicant will fill an asylum application and undergo an interview. If the individual does not speak Portuguese, the interview will be conducted with an interpreter. The Federal Police will then forward his/her application and statement to CONARE.
2. **Temporary asylum seeker protocol:** after receiving an individual's asylum application (in Portuguese, *Termo de Declarações*), CONARE will issue a declaration which authorizes the issuance of a **temporary protocol** (*Protocolo Provisório*) by the Federal Police. The protocol is extremely important as it will be the identification document of the asylum seeker until his case is reviewed. With the protocol in hand, asylum seekers can request a Brazilian Tax Number (*Cadastro de Pessoa Física - CPF*) and a temporary Work Permit (*Carteira de Trabalho*). The Protocol is valid for six months and must be renewed with the Federal Police until the applicant has a final answer.

3. **Interview with a CONARE's representative:** After officially requesting asylum, the applicant will be contacted by CONARE or a civil society entity to arrange for him/her to be interviewed by an eligibility officer from CONARE. The content of this interview will guide CONARE on their analysis of the individual's asylum request. Therefore, if the applicant moves to another city, he/she must notify the Federal Police of their new address and contact details in advance so that they are able to reach them when required.

By assisting refugees to return to their home countries or to be resettled in a third country, UNHCR, jointly with the civil society implementing partners, the government and the private sector, seek lasting solutions to their plight

- 4 CONARE's decision regarding the asylum request:

To find out the outcome of CONARE's decision regarding their asylum request, the asylum seeker must contact the Federal Police.

- 4.1. **In case of a positive decision:** Once the notification from CONARE is collected by the asylum seeker, if the decision is positive, the Federal Police will begin procedures to issue his/her National Registration of Foreigners (*Registro Nacional de Estrangeiro – RNE*).
- 4.2. **In case of a negative decision:** If his/her claim for recognition as a refugee is denied, the applicant may make an appeal of the decision to the Ministry of Justice. The appeal must be lodged within 15 days of the date he/she was notified of CONARE's decision.
- 4.3. **Appeal denied by the Ministry of Justice:** The applicant will also be notified of the outcome of his/her appeal by the Federal Police. If the appeal is denied, the applicant will be subjected to national legislation concerning foreigners in the country (Law 6.815/80).

RIGHTS AND DUTIES OF ASYLUM SEEKERS AND REFUGEES

Rights of asylum seekers residing in Brazil:

- To have access to the legal procedures for requesting asylum, free of charge and with no need for a lawyer;
- Not to be returned to their country of nationality or to where they may suffer human rights violations;
- Not to be discriminated against by governmental authorities or by society;
- Not to be punished for irregular entry into the country;
- Receive all documentation envisaged in the above legislation: **Temporary asylum seeker protocol**, tax number (*CPF*) and work permit (*Carteira de Trabalho*);
- To have the same rights and access to public policies and services available to foreigners living in a regular situation in the country, amongst them: basic civil rights (such as freedom of thought and movement and the right not to be subjected to torture or cruel and degrading treatment) as well as economic, social and cultural rights (such as access to public services such as health and education, right to work and religious freedom).

Rights of refugees residing in Brazil:

- Request, through family reunification, the granting of refugee status to relatives (partner, ascendants and descendants) and other family members who are in national territory, according to the Law 9.474 and the Normative Resolution nº4 of CONARE;
- Receive all documentation envisaged in the above legislation: National Registration of Foreigners (*RNE*), tax number (*CPF*), work permit (*Carteira de Trabalho*) and passport for foreigners for travels previously authorized by CONARE;
- Request permanent residency after four years living in Brazil as a refugee;
- Request permanent residence in Brazil if the refugee has a Brazilian partner or children born in Brazilian territory;
- Claim access to facilitated procedures for the recognition of certificates and diplomas.

Duties of asylum seekers and refugees:

- Respect the Constitution and the Brazilian laws as required by all Brazilians and foreigners residing in the country. If a refugee commits a crime or offense, he/she will be entitled to the same legal treatment given to Brazilian citizens;
- Observe and act in accordance with the laws, particularly those that protect children, adolescents and women;
- Do not exercise any political activity according to the terms of the article 107 of the Law 6.815/80;
- Inform the Federal Police and CONARE, within 30 days of any change of address;
- Keep all documentation up-to-date.

Specific Duties of refugees:

- Not to leave national territory without prior written permission of CONARE, as this may entail loss of refugee status.
- Do not practice acts against national security or public order, under penalty of losing the refugee status.

UNHCR, in partnership with civil society organizations, the Brazilian Government and private sector actors, offers impartial protection and assistance to refugees and other persons of concern under its mandate, on the basis of their need and irrespective of their race, gender, religion or political opinion.

Documents ensured to asylum seekers and refugees:

In addition to the Provisional Protocol, asylum seekers are entitled to a Brazilian tax number (Cadastro de Pessoa Física - CPF) and a work permit (Carteira de Trabalho). Refugees officially recognized by the Brazilian government can also be issued a National Registration of Foreigners (Registro Nacional de Estrangeiro - RNE) card, an identity document valid for foreigners in Brazil, and a passport for foreigners for travels previously authorized by CONARE. Learn how to request each of these documents:

NATIONAL REGISTRATION OF FOREIGNERS (RNE) *(IN PORTUGUESE, "REGISTRO NACIONAL DE ESTRANGEIROS – RNE")*

Where can I renew or apply for the RNE for the first time?

Refugees officially recognized by the Brazilian government are entitled to receive a National Registration of Foreigners (RNE) card, an identity document valid for foreigners in Brazil. The issuing and renewal of the RNE can be done at any entity of the Federal Police.

Be aware of the expiration date of your RNE. The RNE must be renewed three months prior its expiration and can be done at any station of the Federal Police.

Step by step of the RNE application and renewal procedure:

1. Approach the Federal Police Department and request the issuance of the CONARE's Declaration regarding the refugee status. This request must be done by the Federal Police via e-mail to conare@mj.gov.br;
2. Complete an application form on the Federal Police Website: www.dpf.gov.br
3. Pay the fee GRU-FUNAPOL for foreigners available on the website of the Federal Police (www.dpf.gov.br)



4. **Present yourself at a Federal Police Department and submit the following documents:**
 - a) Two 3cm x 4cm photos (the photos must be identical, recent colored, frontal, with a white background and no date);
 - b) Filled application form from the Federal Police website;
 - c) Original Application Protocol (only for those that are applying for the first time);
 - d) Original National Registration of Foreigners (only for those who wish to renew their RNE);
 - e) CONARE's Declaration recognizing the refugee status in Brazil;
 - f) Payment receipt of the GRU-FUNAPOL fee.

5. In addition to the documents indicated above, the refugee can present his passport (should it still be valid) and/or his/her marriage certificate. These documents **are not mandatory**, but may be useful.

Attention:

1. Any foreign minor (under 18 years of age) must be accompanied by either his parent(s) or legal guardian(s).
2. Any case of misplacement or loss of the RNE should be reported to the Civil Police to register the occurrence. The refugee should then go to Federal Police carrying both the police report and related documents listed above and request for another RNE to be issued.
3. The refugee should not incur any penalties or fines should he/she fail to meet the required deadline.
4. Refugees who have obtained permanent residence, or who are disabled or are over 60 years of age, are exempt from the renewal of the RNE, even after expiration.

Any queries or additional information can be obtained with the Federal Police by dialing the number 194 or via the e-mail estrangeiros@dpf.gov.br

BRAZILIAN TAX NUMBER (CPF) (IN PORTUGUESE, "CADASTRO DE PESSOA FÍSICA – CPF")

What is the CPF and who can apply for it?

The CPF is an individual tax identification number. It is one of the main documents for citizens residing in Brazil as it is a prerequisite for accessing key services such as Public Health, education, the opening of bank accounts and other financial operations. Any individual regularly residing in Brazil, whether a Brazilian national or a foreigner, can request a CPF.

Where can I request the issuance of the CPF?

At any branch of the banks Caixa Econômica Federal and Banco do Brasil. A fee of R\$ 5.70 is charged per individual application. The addresses of the banks' branches can be found on the following websites: www.bb.com.br or www.caixa.gov.br

Foreigners can request a CPF at various associated public authorities, where the service is free. The addresses of such public authorities can be found on the website: www.receita.fazenda.gov.br

What documents are required to request the CPF?

Applicants over 16 years of age should submit the original or a certified copy of their identification document. Minors under 16 years of age must submit the original or certified copy of their identification document and of the identification document of one of his/her parents or guardian.

For further information, visit the website
www.receita.fazenda.gov.br

WORK PERMIT (CTPS) (IN PORTUGUESE, "CARTEIRA DE TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL – CTPS")

What is the CTPS and who can apply for it?

The Work Permit (CTPS) is a document that allows for the functional life of the worker. This document is required for the practice of all professional activities and can be requested by any person over 14 years of age, whether they are a Brazilian national or foreigner who has regular residency in Brazil.

Where can I request the issuance of the CTPS?

Any individual interested in applying for the work permit should go to the Regional Superintendence of Labor and Employment (SRTE) or to the nearest Regional Management Office with all necessary documents in hand. Information about the address of service centers can be obtained by calling the *158 Call Center "Alô Trabalho"*.

Which are the documents required to apply for the CTPS?

1. Two 3cm x 4cm photos (the photos must be identical, recent, with white background, colored or black and white);
2. Original and copy of the National Registration of Foreigners (*RNE*) (front and back) **OR** original and copy of the protocol issued by the Federal Police;
3. Foreigners who have been recognized as refugees must also present a copy of the publication on the Official Gazette (DOU) of the CONARE's decision that grants them refugee status, available at the website www.in.gov.br **OR** the CONARE's declaration.

Further information can be obtained by calling the Call Center "*Alô Trabalho*" on the **telephone number 158**.

***PASSPORT FOR FOREIGNERS
(IN PORTUGUESE, "PASSAPORTE PARA ESTRANGEIRO")*****I need to travel abroad but I do not have a passport. How should I proceed?**

In order to be able to travel, refugees must request permission from CONARE and obtain a passport for foreigners at the Federal Police. This passport is only valid for one **round trip or for a certain period of time**. The foreigner who travels abroad with this document will have his passport taken by the Federal Police upon his/her return to Brazil.

Who can request this passport?

In Brazil, the passport for foreigners may be granted to stateless persons, refugees and those who were granted political asylum.

Step by step instructions on how to request a passport for foreigners:

1. Contact CONARE by calling (61) 2025-3659 or via email to conare@mj.gov.br requesting **authorization to travel abroad**, informing duration, reason and destination of the trip;

Attention: any refugee who leaves the country without CONARE's prior authorization will forfeit their refugee status.

2. After obtaining CONARE's permission, request a passport for foreigners via the website of the Federal Police (www.dpf.gov.br) and only then purchase the airline ticket;
3. Pay the fee with the bank slip generated on the website;
4. Go to the service center indicated at the end of the request, along with the payment receipt, identification document and Brazilian tax number (CPF).

For any queries or further information,
please contact the Federal Police by calling 194
or visit www.dpf.gov.br



PERMANENT RESIDENCE (IN PORTUGUESE, "RESIDÊNCIA PERMANENTE")

Who can apply for permanent residence?

The refugee or the person granted political asylum in Brazil may request permanent residence at any department of the Federal Police. In order to be eligible to apply they must fulfill at least one of the following requirements:

- a) Have been residing in Brazil for at least four (04) years under a refugee status (see CNIg's Normative Resolution n° 91, of November 10, 2010), or
- b) Be a qualified professional employed by an institution based in the country, or
- c) Be a professional with qualifications recognized by the relevant association/ professional authority, or
- d) Have an established business resulting from his/her own investment that meets the objectives set by the Normative Resolution n° 84 of the National Immigration Council relating to the granting of visas to foreign investors.

Step by step instructions on how to apply for Permanent Residence:

There are two steps to the submission of a request for permanent residence:

STEP 1

1. Complete the application form on the Ministry of Justice website: www.mj.gov.br;
2. Make the payment of the GRU-FUNAPOL fee for foreigners: available at the website of the Federal Police (www.dpf.gov.br);
3. Go to any Federal Police station with the following documentation:
 - a) Completed application form;
 - b) Original and certified copy of the RNE;

- c) Criminal Record Certificate issued by the Institute of Identification of the Public Security Department of the State where you live;
 - d) Original and certified copy of the work permit (CTPS);
 - e) Two 3cm x 4cm size photos (the photos must be identical, recent, colored, frontal, with a white background and no date);
 - f) Copy of proof of residence (water bill, electricity or telephone, or a statement from the landlord attesting to his/ her residency in the property);
 - g) Declaration of absence from Brazil, specifying dates of departures and arrivals in the country, with their destinations and reasons;
 - h) Proof of payment of the GRU / FUNAPOL fee.
4. In addition to the documents listed above, the foreigner may also present at any stage of the process other documents that, although not required, may be helpful:
- a) Proof of enrollment and/or educational attained;
 - b) Diploma and/or Certificate of Studies and Curriculum Vitae;
 - c) Certificate of background from the country of origin in case of family reunion and other documents cited in the ordinance;
 - d) Proof of means of subsistence;
 - e) Certified copy of the travel document, clear and including all pages.
5. Monitor the process on the website www.mj.gov.br and wait for a response from the Federal Police.

STEP 2

Should the permanent residence be granted, after the formal notification is published in the Official Gazette, the individual should do the following:

1. **Make the payment of the GRU-FUNAPOL fees for foreigners:** available at the website of the Federal Police (www.dpf.gov.br)
2. **Go to any Federal Police station with the following documents:**
 - a) Application form completed on the website of the Ministry of Justice;
 - b) Two 3x4 size photos (the photos must be identical, recent, colored, frontal, with a white background and no date);
 - c) Certified copies of the pages of the valid passport (if available);
 - d) Certified copy of the certificate of the date of entry into Brazil (if available);
 - e) Copy of the notification of the grant of permanent residence published on the Official Gazette, available on the website: www.in.gov.br. In the event the notification is published twice, present the copy of the Official Gazette with the first publication;
 - f) Original and certified copy of the RNE or valid Protocol number;
 - g) Proof of payment of the two abovementioned fees.

Attention:

1. All foreign Minors (under 18 years) must be accompanied by at least one of the parents or by his/her legal guardian(s);
2. **An individual may lose his/her Permanent Residence if he/she leaves Brazilian national territory for a period of** more than 02 (two) uninterrupted years. His/her register and RNE will also be cancelled.



DROITS ET DEVOIRS

DU DEMANDEUR D'ASILE AU BRÉSIL

*L'*Organisation des Nations Unies a attribué au Haut Commissariat des Nations Unies pour les Réfugiés (UNHCR, acronyme en anglais) la mission de diriger et coordonner l'action internationale visant à la protection des réfugiés et la poursuite de solutions permanentes à leurs problèmes.

Pour accomplir cette mission, le HCR au Brésil est soutenue par les organisations suivantes de la société civile: Association Antônio Vieira (ASAV), Caritas Archidiocèse de Manaus, Caritas Archidiocèse de Rio de Janeiro (CARJ), Caritas Archidiocèse de São Paulo (CASP), Centre pour la Défense des Droits de l'Homme de Guarulhos (CDDH) et L'Institut Migrations et Droits de l'Homme (IMDH).

QUI SONT LES MIGRANTS ? Ce sont toutes les personnes qui sont sorties de leur pays d'origine avec l'objectif de s'établir dans un autre pays de manière temporaire ou permanente. En général, les migrants ont des motivations sociales et économiques, parce qu'ils fuient la pauvreté ou le chômage et cherchent des conditions de vie meilleures, comme un meilleur accès au travail, à la santé et à l'éducation.

QUI SONT LES RÉFUGIÉS ? Ce sont tous les hommes et les femmes (y compris les personnes âgées, les jeunes et les enfants) qui ont été obligés de quitter leur pays d'origine en raison d'une crainte fondée de persécution à cause de leur race, de leur religion, de leur nationalité, de leur appartenance à un certain groupe social ou de leurs opinions politiques.

La législation brésilienne relative aux réfugiés (Loi 9.474 le 22 juillet, 1997) reconnaît aussi comme réfugiés les personnes qui ont été obligées de quitter leur pays en raison de conflits armés, de la violence ou des violations généralisées des droits de l'homme.

Les personnes qui ont commis des crimes contre l'humanité, crimes de guerre, contre la paix et crimes odieux ou qui ont participé à des actes terroristes, au trafic de drogues ne peuvent pas bénéficier de la condition de réfugié.



La mission du HCR est de chercher à garantir les droits et le bien-être des réfugiés. En coopération avec la société civile, les pouvoirs publics et le secteur privé, l'Agence s'efforce à veiller à ce que chaque personne puisse exercer le droit de demander et de trouver refuge dans un autre pays.

LE REFUGE AU BRÉSIL Le Brésil s'est engagé internationalement à fournir une protection aux réfugiés qui cherchent l'intégration et une façon de subvenir à leurs besoins, comme n'importe quel citoyen brésilien. La demande formelle d'asile permet, la permanence temporaire du demandeur au Brésil, en lui assurant le droit à travailler et l'accès aux services publics de santé et d'éducation. Cependant, même les étrangers en situation irrégulière auront leur intégrité et dignité respectées selon la législation brésilienne et les principes internationalement reconnus des droits humains.

Si la demande est refusée, la personne restera protégée par la législation des étrangers au Brésil et si nécessaire, essaiera de régulariser sa permanence dans le pays, selon la législation en vigueur sur les migrations et le travail. Après quatre années de résidence régularisée au Brésil, les réfugiés peuvent demander un visa de permanence. Le visa de permanence n'entraîne pas la perte du droit à la protection comme réfugié dans le pays.

Par rapport aux réfugiés et aux demandeurs d'asile, la loi brésilienne et le droit international interdisent que ces derniers puissent d'être refoulés sur les territoires où leurs vies et libertés seraient mises en danger – principe connu comme *non-refoulement*.

COMMENT DEMANDER LE REFUGE AU BRÉSIL ? À l'occasion de son arrivée au Brésil, l'étranger qui se considère victime de persécution dans son pays d'origine doit chercher n'importe quel commissariat de la Police Fédérale ou autorité migratoire dans la frontière et demander officiellement la protection du gouvernement brésilien. C'est mieux qu'il le fasse dès qu'il traverse la frontière. Néanmoins, la demande de refuge peut être faite à tout moment, même si l'étranger est déjà au Brésil depuis un certain temps.

Leur demande sera envoyée, pour appréciation, au Comité National pour les Réfugiés (CONARE) – lié au Ministère de la Justice, qui est responsable pour l'analyse et la décision de reconnaissance du statut de réfugié.

Les organisations partenaires au HCR (CAM, CARJ, CASP et IMDH) pourront aider les demandeurs au cours de la procédure de la demande d'asile.

1. **Comment procéder à la demande d'asile auprès de la Police Fédérale:** le demandeur remplira un formulaire et sera interviewé. Dans le cas où le demandeur ne parlerait pas portugais, l'interview sera conduite avec l'aide d'un interprète. Après avoir fait cela, la Police Fédérale remplira le Terme de Déclarations, qui sera envoyé au CONARE.
2. **Protocole provisoire de sollicitation de refuge:** après réception du Terme de Déclaration, le CONARE enverra la déclaration qui permet l'expédition du Protocole Provisoire de demande de refuge par la Police Fédérale. Le Protocole est extrêmement important, étant donné qu'il servira de document d'identité temporaire du demandeur jusqu'à l'analyse de son dossier. Avec le protocole, le demandeur peut obtenir le Cadastre de Personne Physique (CPF) et le Permis de Travail (CTPS, acronyme en portugais). Le document est valable pendant six mois et doit être renouvelé dans la Police Fédérale jusqu'à ce que le demandeur ait une réponse finale.
3. **Interview avec le représentant du CONARE:** Après avoir fait la demande d'asile, le CONARE ou une entité de la société civile contacteront le réfugié afin de réaliser l'interview avec le représentant du CONARE. Cette interview est extrêmement

importante parce qu'elle permettra aux membres du CONARE d'analyser la demande d'asile. C'est pourquoi, si le demandeur change de ville, il doit en informer la Police ainsi que CONARE en leur fournissant sa nouvelle adresse.

4. Décision du CONARE sur la demande de refuge:

Pour connaître la décision du CONARE en qui concerne la demande d'asile, le demandeur doit contacter la Police Fédérale.

- 4.1. **En cas de décision positive:** le demandeur doit aller à la Police pour émettre le Registre National de l'Étranger (RNE).
- 4.2. **En cas de décision négatif:** Dans le cas où le demandeur ne serait pas reconnu comme réfugié, il sera averti de la décision à travers la Police Fédérale. S'il le souhaite, le demandeur aura une période de 15 jours pour envoyer son recours à la Police Fédérale, qui sera renvoyé au Ministère de la Justice pour analyse.
- 4.3. **En cas de décision négative du Ministre de la Justice sur le recours:** cette décision sera aussi communiquée par la Police Fédérale. Si le Ministère de la Justice nie le recours présenté, le demandeur restera sujet à la législation pour les étrangers en vigueur dans le pays (Loi 6.815/80).

Le HCR, avec la collaboration des organisations partenaires de la société civile, les pouvoirs publics et le secteur privé aide les réfugiés à retourner dans leur pays d'origine ou à se réinstaller dans un pays tiers. Ainsi, il travaille pour obtenir des solutions durables aux problèmes des réfugiés.

DROITS ET DEVOIRS DES DEMANDEURS DE REFUGE E DES RÉFUGIÉS

Droits des demandeurs d'asile résidents au Brésil:

- Avoir accès à la procédure légale de sollicitation de refuge, gratuitement et sans avoir besoin d'un avocat ;
- Ne être pas renvoyés dans son pays d'origine ou le lieu où il peut être victime de violations des droits de l'homme ou en danger ;
- Ne pas souffrir de discrimination par les autorités gouvernementales et par la société ;
- Ne être pas puni pour être entré illégalement dans le pays ;
- Recevoir toute la documentation assurée pour la législation : le Protocole Provisoire, le Cadastre de Personne Physique (CPF), le Permis de Travail (CTPS) ;
- Bénéficier des mêmes droits et de la même assistance de base offerte à tout autre étranger qui réside légalement dans le pays, parmi cela droits civiques fondamentaux (comme la liberté de pensée et de mouvement et la protection contre la torture et autres peines ou traitements cruels, inhumains ou dégradants) et les droits économiques, sociaux et culturels tels que l'accès aux services de santé publique et à l'éducation, le droit au travail et la à liberté de culte.

Droits des réfugiés résidents au Brésil:

- Demander, à travers la réunion familiale, l'extension de la condition de réfugié aux parents (épouse, ascendants et descendants) et des autres membres du groupe familial qui se rejoignent dans le territoire national, tel qu'établi par la Loi 9.474 et la Résolution Normative n°4 du CONARE ;
- Recevoir l'ensemble des documents assurés par la législation : le Registre National de l'Étranger (RNE), le Cadastre de Personne Physique (CPF), le Permis de Travail (CTPS) et le passeport aux étrangers – en cas de voyages préalablement autorisés par le CONARE ;
- Demander la permanence au Brésil après quatre ans de résidence en tant que réfugié ;
- Demander la permanence au Brésil en raison d'avoir une épouse ou un enfant brésilien ;
- Revendiquer l'accès a aux procédures facilitées pour la reconnaissance des certificats et diplômes.

Devoirs des demandeurs d'asile et réfugiés résidents au Brésil:

- Respecter la Constitution Fédérale et les lois brésiliennes, comme tous les brésiliens et étrangers résidents dans le pays. Tout crime ou infraction commise aura le même traitement juridique que celui accordé aux citoyens brésiliens ;
- Respecter en particulier les lois spécifiques sur la protection des enfants, des adolescents et des femmes ;
- Ne pas mener des activités d'ordre politique, conformément à l'article 107 de la Loi 6.815/80 ;
- Informer la Police Fédérale et le CONARE, dans un délai limite de 30 jours, de tout changement d'adresse ;
- Maintenir l'ensemble de ses documents actualisé ;

Devoirs spécifiques des réfugiés :

- Ne pas sortir du territoire national sans autorisation préalable et explicite du CONARE, sous peine de perdre la condition de réfugié ;
- Ne pas pratiquer des actes contraires à la sécurité nationale ou à l'ordre public, sous peine de perdre la condition de réfugié.

Documents Assurés aux Demandeurs de Refuge et aux Réfugiés:

En plus du Protocole Provisoire, chaque demandeur d'asile est en droit de recevoir les documents suivants : Cadastre de Personne Physique (CPF) et Permis de Travail (CTPS). Les réfugiés déjà reconnus par le gouvernement brésilien sont en droit de recevoir aussi le Registre National de l'Étranger (RNE) et le Passeport pour Étranger – pour pouvoir effectuer des voyages préalablement autorisés par le CONARE. Découvrez ci-dessous comment faire la demande de chacun de ces documents.

Le HCR, soutenu par des organisations de la société civile, les pouvoirs publics et le secteur privé, offre une protection et assistance impartiales aux personnes, en fonction de leurs nécessités et sans distinction de race, genre, religion ou opinion politique.

REGISTRE NATIONAL DE L'ÉTRANGER (EN PORTUGAIS, REGISTRO NACIONAL DE ESTRANGEIROS – RNE)

Où renouveler le RNE ou demander pour la première fois le RNE ?

Le demandeur de refuge qui a obtenu le statut de réfugié reconnu par le gouvernement brésilien a le droit d'obtenir le Registre National de l'Étranger (RNE), la carte d'identité des étrangers au Brésil. L'émission et le renouvellement du RNE s'effectuent dans n'importe quel commissariat de la Police Fédérale.

Faites attention à l'expiration de votre RNE. Il faut faire le renouvellement du RNE trois mois avant l'expiration de l'ancien enregistrement, dans n'importe quel commissariat de la Police Fédérale.

Les procédures pas à pas pour la délivrance et le renouvellement du RNE :

1. Comparaitre au Commissariat de la Police Fédérale et **demander l'émission de la déclaration du CONARE** reconnaissant le statut de réfugié au Brésil. Il faut faire cette demande à la Police Fédérale - par courrier électronique conare@mj.gov.br ;
2. Remplir le formulaire sur le site internet de la Police Fédérale: www.dpf.gov.br



3. Payer la taxe GRU-FUNAPOL pour les étrangers : disponible sur le site internet de la Police Fédérale (www.dpf.gov.br)
4. Se rendre à un commissariat de la Police Fédérale et fournir les documents suivants :
 - a) Deux photos au format 3x4 (récentes, colorées, frontales, au fond blanc et sans date) ;
 - b) Formulaire rempli sur le site internet de la Police Fédérale ;
 - c) Protocole de demande d'asile (seulement pour ceux qui effectuent leur demande de RNE pour la première fois) ;
 - d) Carte d'Identité Nationale des Étrangers originale (seulement pour ceux qui requièrent le renouvellement du RNE) ;
 - e) Déclaration du CONARE reconnaissant le statut de réfugié au Brésil ;
 - f) Attestation de paiement de la taxe GRU-FUNAPOL.
5. En plus des documents énumérés ci-dessus, l'étranger peut aussi présenter son passeport (si le passeport est encore valable) et son certificat de mariage. Ces documents ne sont pas obligatoires, mais ils peuvent s'avérer utiles.

Attention :

1. L'étranger de moins de 18 ans doit se rendre aux commissariats de la Police Fédérale accompagné de ses parents ou du tuteur légal.
2. En cas de perte du RNE, le réfugié doit se diriger à n'importe quel commissariat de la Police Civile afin de déclarer la perte. Ensuite, il doit aller à un commissariat de la Police Fédérale avec l'enregistrement du rapport de police et les documents associés énumérés ci-dessus et demander une copie certifiée du RNE.
3. En cas de dépassement de la date de renouvellement, aucune amende ne sera imposée au réfugié.

4. Le renouvellement de RNE n'est pas nécessaire aux réfugiés qui ont obtenu un permis de résidence permanente, aux personnes handicapées et aux réfugiés de plus de 60 ans, même d'après l'échéance du document.

Si vous avez d'autres questions ou désirez des informations supplémentaires, s'il vous plaît, contactez la Police Fédérale au numéro 194 ou par courrier électronique estrangeiros@dpf.gov.br

CADASTRE DE PERSONNE PHYSIQUE (EN PORTUGAIS, «CADASTRO DE PESSOA FÍSICA – CPF»)

Qu'est-ce que le CPF et qui peut le demander ?

Le CPF est l'un des principaux documents pour les citoyens brésiliens, car il est une sorte de numéro de sécurité sociale sans lequel on ne peut rien acheter ni louer. Il donne aussi l'accès à diverses opportunités afin de profiter des services d'un État Providence, tels que le système de santé publique, l'enregistrement aux institutions publiques d'éducation, l'ouverture de comptes bancaires et d'autres opérations financières. Toute personne, nationale ou étrangère, peut demander le CPF.

Où demander la délivrance du CPF ?

Dans toutes agences de la banque **Caixa Econômica Federal** ou de la **Banque du Brésil**. Chez elles, on charge un frais au demandeur. On trouve les adresses des agences à l'adresse électronique www.bb.com.br et www.caixa.gov.br

L'étranger peut aussi solliciter le CPF dans une des entités publiques associées, où le service est gratuit. Les coordonnées de ces entités publiques peuvent être trouvées sur le site internet www.receita.fazenda.gov.br

Quels sont les documents nécessaires pour l'émission du CPF ?

Les personnes de plus de 16 ans doivent présenter leur carte d'identité, originale ou copie certifiée. Les mineurs de 16 ans doivent présenter leur carte d'identité et la pièce d'identité d'un de leurs parents ou tuteur légal.

Si vous avez d'autres questions, veuillez s'il vous plaît visiter site internet www.receita.fazenda.gov.br

PERMIS DE TRAVAIL (EN PORTUGAIS, «CARTEIRA DE TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL – CTPS»)

Qu'est-ce que le CTPS et qui peut en faire la demande?

Le Permis de Travail (CTPS) est un document que révèle la durée de toute la vie fonctionnelle du travailleur. Ce document est requis pour l'exercice des activités professionnelles et peut être demandé par n'importe quel national ou étranger de plus de 14 ans, avec une résidence régulière au Brésil.

Où demander l'émission de CTPS ?

Les personnes désirant obtenir un Permis de Travail doivent se diriger à la Superintendance Régionale de Travail et d'Emploi (en portugais, « Superintendência Regional do Trabalho e Emprego - SRTE) ou à la Gérance Régionale (en portugais, « Gerência Regional ») la plus proche de sa résidence, avec tous les documents nécessaires en main. On peut trouver la localisation des agences d'émission du Permis de Travail sur la Centrale des Services « Alô trabalho », numéro 158.

Quels sont les documents nécessaires pour émettre la CTPS ?

1. Deux photos en format 3x4 (récentes, en couleur, de face, au fond blanc et sans date) ;
2. Registre National de l'Étranger (RNE) originale suivie d'une copie (recto verso) ou le Protocole Provisoire original délivré par la Police Fédérale, accompagné d'une copie ;
3. Les étrangers qui ont été déjà reconnus comme réfugiés doivent présenter aussi une copie de la publication de l'approbation de ses statuts dans la Gazette Officielle de l'Union (DOU), disponible sur le site internet www.in.gov.br ou le document officiel du CONARE ;

Si vous avez d'autres questions ou désirez des informations supplémentaires, veuillez s'il vous plaît contacter la Centrale des services « Alô Trabalho », numéro 158.

PASSEPORT POUR L'ÉTRANGER (EN PORTUGAIS, « PASSAPORTE PARA ESTRANGEIRO »)

J'ai besoin de voyager à l'étranger, mais j'ai ne pas um passeport. Comment dois-je procéder ?

Pour voyager, le réfugié doit demander l'autorisation du CONARE et avec cette déclaration en mains demander la délivrance du passeport aux étrangers auprès de la Police Fédérale. Le passeport est valable par un **seul aller-retour** ou à une période déterminée selon la détermination de la Police Fédérale. En général, étranger qui a voyagé à l'extérieur avec ce document verra son passeport retiré par la Police Fédérale, à son retour au Brésil.

Qui peut demander ce passeport ?

Le passeport pour l'étranger émis au Brésil peut être donné aux apatrides, aux demandeurs d'asile et aux réfugiés.

Procédures pas à pas pour la délivrance du passeport aux étrangers:

1. Contacter CONARE par téléphone (61)2025-3659 ou par courrier électronique conare@mj.gov.br et demander une autorisation à voyager à l'extérieur, en précisant la durée, les motifs et la destination du voyage ;

Attention : le réfugié qui sort du pays sans autorisation préalable pour CONARE perdra son statut de réfugié.

2. **Seulement une fois avoir obtenu l'autorisation auprès du CONARE**, le réfugié doit demander l'émission du passeport aux étrangers sur le site internet de la Police Fédérale (www.dpf.gov.br) et ensuite arranger l'émission du billet d'avion.
3. Payer le frais de délivrance par bordereau de paiement généré sur le site internet de la Police Fédérale ;
4. Prendre rendez-vous au centre de service indiqué à la fin de la demande, en apportant l'attestation de paiement du frais, une pièce d'identité et le CPF.

Si vous avez d'autres questions ou désirez des informations supplémentaires, s'il vous plaît contacter la police Fédérale par téléphone (numéro 194) ou consulter son site internet www.dpf.gov.br

RÉSIDENCE PERMANENTE (EN PORTUGAIS, « RESIDÊNCIA PERMANENTE »)

Qui peut demander la Résidence Permanente ?

L'étranger au Brésil qui est en condition de réfugié ou d'asile peut demander la résidence permanente dans n'importe quel commissariat de la Police Fédérale, s'il satisfait au moins une des exigences ci-dessous :

- a) Avoir demeuré au Brésil au moins quatre ans avec le statut de réfugié ou d'asile (Voir Résolution Normative no 91, Novembre 10, 2010 du Conseil National d'Immigration – CNIg) ; ou
- b) Être employé et qualifié par une institution installée au Brésil ; ou
- c) Être employé et qualifié, avec formation professionnelle reconnue par une entité pertinente au domaine professionnel concerné, ou
- d) Posséder une entreprise résultante des investissements du propre capital, qui satisfait les objectifs de la Résolution Normative no 84 du CNIg sur la délivrance des visas aux investisseurs étrangers.

Procédures pas à pas pour la délivrance de la Résidence Permanente :

La sollicitation de Résidence Permanente s'effectue en deux étapes :

1^{re} Étape

1. Remplir le formulaire de demande de Résidence Permanente dans l'adresse électronique du Ministère de la Justice : www.mj.gov.br
2. Payer le frais GRU-FUNAPOL pour les étrangers : consultez l'adresse électronique de la Police Fédérale : www.dpf.gov.br
3. Prendre rendez-vous à un commissariat de la Police Fédérale et présenter les documents suivants :
 - a) Formulaire de demande remplis sur l'adresse électronique du Ministère de la Justice ;

- b) Registre National de l'Étrangers (RNE) original ou copie certifiée ;
 - c) Extrait de Casier Judiciaire délivré par le Département d'Identification du Secrétariat de la Sécurité Publique de l'État où le réfugié habite ;
 - d) Permis de Travail (CTPS) original et copie certifiée ;
 - e) Deux photos au format 3x4 (égales, récentes, en couleur, de face, au fond blanc et sans date) ;
 - f) Copie du certificat de résidence (facture d'eau, d'électricité ou de téléphone ; ou déclaration du propriétaire de l'immeuble où le demandeur habite, témoignant que le demandeur à habite dans son immeuble) ;
 - g) Déclaration des voyages à l'étranger, en précisant les dates de départ et de retour dans le territoire national, avec les itinéraires et motifs respectifs ;
 - h) Certificat de paiement du frais GRU-FUNAPOL.
4. En plus des documents indiqués ci-dessus, l'étranger peut présenter par la suite, les autres documents que, bien que non-oblogatoires, peuvent être utiles :
- a) Certificat d'inscription scolaire et relevé de notes ;
 - b) Diplôme et/ou certificat de conclusion scolaire et Curriculum Vitae ;
 - c) Extrait de Casier Judiciaire délivré dans le pays d'origine ou provenance (en ce qui concerne la réunion familiale) et des documents supplémentaires mentionnés dans la Résolution Normative ;
 - d) Certificat d'existence d'activité qui assure des moyens de subsistance ;
 - e) Copie certifiée du document de voyage, claire et bien remplie.
5. Suivre la procédure sur le site internet www.mj.gov.br et patienter pour la décision finale de la Police Fédérale.

2^{eme} Étape

Si la délibération est **favorable** et après la publication de l'acceptation de la demande dans la Gazette Officielle de l'Union, le demandeur doit suivre les étapes suivantes :

1. **Payer les deux taxes GRU-FUNAPOL pour les étrangers** : disponible sur l'adresse électronique www.dpf.gov.br
2. **Prendre rendez-vous au commissariat de la Police Fédérale et présenter les documents suivants** :
 - a) Formulaire de demande rempli sur le site internet du Ministère de la Justice ;
 - b) Deux photos au format 3x4 (égales, récentes, colorées, frontales, au fond blanc et sans date) ;
 - c) Copie certifiée des pages mises à jour du passeport valable (si vous en avez un) ;
 - d) Copie certifiée d'attestation de la date d'entrée au Brésil (si vous en avez une) ;
 - e) Copie de la publication de l'approbation dans la Gazette Officielle, disponible à l'adresse électronique : www.in.gov.br. En cas de réédition également fournir une copie de la Gazette Officielle de la première publication ;
 - f) Registre National de l'Étranger (RNE) – original et copie certifiée – ou Protocole Provisoire ;
 - g) Certificat de paiement des deux frais.

Attention :

1. L'étranger âgé de moins de 18 ans doit se présenter au commissariat de la Police Fédérale avec ses parents ou son tuteur légal ;
2. Si l'étranger qui avait réussi à obtenir la résidence permanente quitte le territoire national pendant plus de **deux années consécutives**, il perdra la résidence et verra son Enregistrement et sa Carte d'Identité National des Étrangers **annulés**.



DERECHOS Y DEBERES

DE SOLICITANTES DE REFUGIO Y REFUGIADOS

*L*as Naciones Unidas atribuyeron al Alto Comisionado de la ONU para Refugiados (ACNUR) el mandato de conducir y coordinar acciones internacionales para la protección de los refugiados y la búsqueda de soluciones duraderas para sus problemas.

Con esta misión, ACNUR en Brasil cuenta con el apoyo de las siguientes organizaciones de la sociedad civil: Associação Antônio Vieira (ASAV), Cáritas Arquidiocesana de Manaus (CAM), Cáritas Arquidiocesana do Rio de Janeiro (CARJ), Cáritas Arquidiocesana de São Paulo (CASP), Centro de Defesa dos Direitos Humanos de Guarulhos (CDDH) y Instituto Migrações e Direitos Humanos (IMDH).

¿QUIÉNES SON LOS MIGRANTES? Migrantes son todas las personas que dejaron sus países de origen con el objetivo de establecerse en otro lugar, de forma temporal o permanente. Los migrantes pueden tener, entre otras, motivaciones sociales y económicas, pues huyen de la pobreza o del desempleo, buscando mejores condiciones de vida, como mejor acceso al trabajo, a servicios de salud y educación.

¿QUIÉNES SON LOS REFUGIADOS? Son todos los hombres y mujeres (adultos mayores, jóvenes, niños y niñas) que fueron obligados a dejar sus países de origen debido a un fundado temor de persecución por motivos de raza, religión, nacionalidad, por pertenecer a un determinado grupo social o por sus opiniones políticas.

La legislación brasileña sobre refugio (Ley 9.474 de 22 de julio de 1997) también reconoce como refugiadas a las personas que fueron obligadas a salir de sus países debido a conflictos armados, violencia y violación generalizada de derechos humanos.

Aquellas personas que hayan cometido crímenes contra la humanidad, de guerra, contra la paz y crímenes de lesa humanidad o que participaron de actos terroristas o de narcotráfico no podrán beneficiarse de la condición de refugiado.



Es misión del ACNUR asegurar los derechos y el bien estar de los refugiados. El ACNUR empeñase, en conjunto con la sociedad civil, el Poder Público y el sector privado, en garantizar que cualquier persona pueda ejercer el derecho de buscar y recibir refugio seguro en otro país.

¿POR QUÉ SOLICITAR ASILO? Brasil asumió el compromiso internacional de proteger refugiados que buscan su integración y sustento, como cualquier ciudadano brasileño. La solicitud formal de asilo regulariza, temporariamente, la permanencia del solicitante en Brasil, garantizándole el derecho al trabajo y el acceso a los servicios públicos de salud y educación. Sin embargo, mismo los extranjeros que se encuentren en situación irregular, deberán ser respetados en su integridad y dignidad de acuerdo con la legislación brasileña y los principios internacionalmente reconocidos de derechos humanos.

En caso de que la solicitud sea rechazada, la persona quedará amparada por la legislación de extranjeros en Brasil y puede buscar su regularización migratoria con base en la legislación brasileña vigente sobre migraciones y trabajo. Después de cuatro años de residencia regular en Brasil, los refugiados pueden solicitar la visa de residencia permanente en el país. La obtención de la visa permanente no implica la pérdida de la protección a que tiene derecho como refugiado.

De acuerdo con el Derecho Internacional y con la ley brasileña, solicitantes de refugio y refugiados no pueden ser devueltos a territorios en donde sus vidas o libertad estarán en riesgo – principio conocido como no-devolución (*non-refoulement*).

¿CÓMO SOLICITAR REFUGIO EN BRASIL? Al entrar a Brasil, el extranjero que se considera víctima de persecución en su país de origen debe buscar cualquier delegación de la Policía Federal o autoridad migratoria en la frontera y solicitar formalmente la protección del gobierno brasileño – de preferencia, tan pronto cruce la frontera.

Sin embargo, la solicitud de refugio puede ser hecha a cualquier momento, aunque el extranjero esté en Brasil desde hace algún tiempo. Su solicitud será encaminada para evaluación al Comité Nacional para los Refugiados (CONARE) – órgano vinculado al Ministerio de Justicia, que lo analizará y decidirá por el reconocimiento o no del refugio.

Las organizaciones socias de ACNUR (CAM, CARJ, CASP y IMDH) podrán auxiliar el solicitante durante el procedimiento de solicitud de refugio.

1. **Como es hecha la solicitud de refugio en la Policía Federal:** el solicitante llenará un formulario y será entrevistado. En el caso de que el solicitante no hable portugués, la entrevista será realizada con la ayuda de un intérprete. Hecho esto, la Policía Federal hará el Termo de Declarações, que será encaminado al CONARE.
2. **Protocolo provisional de solicitud de refugio:** después de recibir el Termo de Declarações, el CONARE expedirá la declaración que autoriza la Policía Federal a emitir el protocolo provisional (*Protocolo Provisório*) de solicitud de asilo, que será entregue al solicitante por la Policía Federal. El Protocolo es muy importante, ya que es el documento de identidad del solicitante hasta que su caso sea analizado. Con el Protocolo, el solicitante podrá sacar el Registro de Persona Física (*Cadastro de Pessoa Física – CPF*) y el Permiso de Trabajo (*Carteira de Trabalho – CTPS*). El Protocolo es válido por seis meses y deberá ser renovado en la Policía Federal hasta que el solicitante tenga su respuesta final.
3. **Entrevista con representante del CONARE:** posteriormente, el CONARE o la entidad de la sociedad civil que actúe en la región contactarán al solicitante para programar una entrevista con representante del CONARE. Esta entrevista es muy importante ya que auxiliará al CONARE a analizar la solicitud de refugio. Por eso, si el solicitante se traslada a otra ciudad, deberá informar su nueva dirección a la Policía Federal y al CONARE.

4 Decisiones referentes a la solicitud de refugio.

Para saber cuál fue la decisión del CONARE en relación a la solicitud de refugio, el solicitante debe dirigirse a la Policía Federal.

- 4.1. **Si la decisión es positiva:** el solicitante debe buscar la Policía Federal para hacer el Registro Nacional de Extranjeros (RNE).
- 4.2. **Si la decisión es negativa:** caso el solicitante no sea reconocido como refugiado, él será notificado de la decisión por la Policía Federal. El solicitante tendrá un plazo de 15 días para presentar, caso quiera, un recurso a la Policía Federal, el cual será remitido al Ministerio de Justicia para análisis.
- 4.3. **Si el recurso tiene una decisión negativa por parte del Ministro de Justicia:** esta decisión también será comunicada por la Policía Federal. Si el Ministro de Justicia deniega la apelación presentada, el solicitante estará sujeto a la legislación de extranjeros vigente en el país (Ley 6.815/80).

Al apoyar los refugiados a retornar a su país de origen o a reasentarse en un tercer país, el ACNUR, juntamente con las organizaciones de la sociedad civil, el Poder Público y el sector privado, trabaja en la búsqueda de soluciones duraderas para los problemas de estas personas.



DERECHOS Y DEBERES DE SOLICITANTES DE REFUGIO Y REFUGIADOS

Derechos de los solicitantes de refugio residentes en Brasil:

- Tener acceso al procedimiento legal de solicitud de refugio de forma gratuita y sin necesidad de abogado;
- No ser retornado a su país de origen o para otro local donde pueda ser víctima de violaciones de derechos humanos;
- No ser discriminado por las autoridades gubernamentales ni por la sociedad;
- No ser penalizado por entrada irregular en el país;
- Recibir toda la documentación provisoria garantizada por la legislación: Protocolo Provisional, Registro de Persona Física (*CPF*), Permiso de Trabajo;
- Tener los mismos derechos y la misma asistencia básica que cualquier otro extranjero que resida legalmente en el país, entre ellos derechos civiles básicos (como libertad de pensamiento y de desplazamiento y la no sujeción a la tortura y a trato cruel o degradante) y derechos económicos, sociales y culturales (como acceso a los servicios públicos de salud y educación, derecho al trabajo y a la libertad de culto).

Derechos de los refugiados residentes en Brasil:

- Solicitar, por medio de reunión familiar, la extensión de la condición de refugiado para familiares (cónyuge, ascendientes y descendientes) y demás componentes del grupo familiar que se encuentren en territorio nacional, en los términos de la Ley 9.474 y la Resolución Normativa n° 4 del CONARE;
- Recibir toda la documentación provisoria garantizada por la legislación: Registro Nacional de Extranjeros (*RNE*), Registro de Persona Física (*CPF*) y Pasaporte para Extranjero – en el caso de viajes previamente autorizadas por el CONARE;
- Solicitar la permanencia después de vivir cuatro años en el país;
- Solicitar la permanencia en Brasil por tener cónyuge o hijos brasileños;
- Reivindicar el acceso a procedimientos facilitados para el reconocimiento de certificados y diplomas.

Deberes de los solicitantes de refugio y refugiados residentes en Brasil:

- Respetar la Constitución Federal y las leyes brasileñas, como todos brasileños y extranjeros residentes en el país. Cualquier crimen o infracción cometida tendrá el mismo tratamiento legal dado a los ciudadanos brasileños;
- Observar especialmente las leyes específicas de protección a los niños, jóvenes y mujeres;
- No ejercer actividades de naturaleza política, en los términos del artículo 107 de la Ley 6.815/80;
- Informar a la Policía Federal y al CONARE, en el plazo de 30 días, cualquier cambio de dirección;
- Mantener su documentación actualizada.

Derechos específicos de los refugiados:

- No salir del territorio nacional sin autorización previa y expresa del CONARE, bajo pena de perder la condición de refugiado;
- No practicar actos contrarios a la seguridad nacional o a la orden pública, bajo riesgo de perder la condición de refugiado.

Documentos asegurados a solicitantes de refugio y refugiados:

Además del Protocolo Provisorio, todo solicitante de refugio tiene derecho a recibir los siguientes documentos: Registro de Persona Física (CPF) y Permiso de Trabajo (CTPS). Ya los refugiados reconocidos por el gobierno brasileño tienen el derecho de recibir, además, el Registro Nacional de Extranjero (RNE) y el pasaporte para extranjero – en el caso de viajes previamente autorizados por el CONARE. Sepa como solicitar cada uno de los documentos abajo.

ACNUR, asociado con organizaciones de la sociedad civil, el Poder Público y el sector privado, ofrece protección y asistencia a las personas bajo su mandato de forma imparcial, con base en sus necesidades y **sin distinción de raza, sexo, religión u opinión política.**

REGISTRO NACIONAL DE EXTRANJERO (EN PORTUGUÉS "REGISTRO NACIONAL DE ESTRANGEIRO – RNE")

Dónde puedo renovar o emitir por primera vez el RNE?

El solicitante de refugio que tuvo su condición de refugiado reconocida por Brasil tiene el derecho de obtener el Registro Nacional de Extranjero, documento de identidad de los extranjeros residentes en Brasil. La emisión y renovación del RNE es hecha en cualquier unidad de la Policía Federal.

Esté atento a la fecha de vencimiento de su RNE. La renovación del RNE deberá ser hecha tres meses antes de su vencimiento en cualquier unidad de la Policía Federal.

Paso a paso para la emisión y renovación del RNE:

1. Comparecer al Departamento de la Policía Federal y solicitar junto a aquella institución la emisión de la declaración del CONARE relativa a la condición de refugiado. Tal solicitud deberá ser realizada por la Policía Federal por medio del e-mail conare@mj.gov.br;
2. Rellenar el requerimiento en el sitio web de la Policía Federal: www.dpf.gov.br.



3. **Realizar el pago de la tasa GRU-FUNAPOL para extranjeros:** disponible en el website de la Policía Federal: www.dpf.gov.br.
4. Comparecer a una unidad de la Policía Federal y presentar los siguientes documentos:
 - a) Dos fotos 3x4 (recientes, coloridas, frontales, con el fondo blanco, sin fecha);
 - a) Requerimiento rellenado en el sitio web de la Policía Federal;
 - a) Protocolo de solicitud original (solamente para los que solicitan RNE por primera vez);
 - a) Cedula de Identidad de Extranjero original (solamente para los que deseen renovar el RNE);
 - a) Declaración del CONARE reconociendo la condición de refugiado en Brasil;
 - a) Comprobante de pago de la tasa GRU-FUNAPOL.
5. Además de los documentos indicados arriba, el extranjero puede también presentar su pasaporte (si todavía es válido) y su certificado de casamiento. Estos documentos no son obligatorios, pero pueden ser útiles.

Atención:

1. El extranjero menor de 18 años deberá presentarse acompañado de los padres o de responsable legal.
2. En caso de pérdida del RNE, el refugiado debe comparecer primero a cualquier unidad de la Policía Civil para registrar la ocurrencia. Posteriormente, deberá dirigirse a la Policía Federal llevando tanto el Boletín de Ocurrencia cuanto los documentos correspondientes listados arriba y solicitar la segunda vía del RNE.
3. En caso de pérdida del plazo de renovación, no se le cobrará multa al refugiado.
4. Refugiados que obtuvieron residencia permanente, deficientes físicos y refugiados con más de 60 años están dispensados de la renovación del RNE, mismo después de su vencimiento.

En caso de dudas y para más informaciones, entre en contacto con la Policía Federal por el número 194 por el e-mail estrangeiros@dpf.gov.br

REGISTRO DE PERSONA FÍSICA (EN PORTUGUÉS "CADASTRO DE PESSOA FÍSICA – CPF")

Qué es el CPF y quién puede solicitarlo?

El CPF es uno de los principales documentos para ciudadanos residentes en Brasil, pues permite el acceso a una serie de beneficios, como el Sistema Público de Salud (SUS), el registro en instituciones públicas de educación, la apertura de cuentas en bancos y otras operaciones financieras. Cualquier persona física, nacional o extranjera puede solicitar el CPF.

Dónde puedo solicitar el CPF?

En cualquier agencia de la Caixa Econômica Federal o del Banco do Brasil. En estas agencias es cobrada una tasa al solicitante. Las direcciones de las agencias pueden ser encontradas en los siguientes sitios web: www.bb.com.br y www.caixa.gov.br

El extranjero también puede solicitar el CPF en una de las entidades públicas asociadas, dónde el servicio es gratuito. Las direcciones de dichas entidades pueden ser encontrados en el sitio web: www.receita.fazenda.gov.br

Cuáles son los documentos necesarios para solicitar el CPF?

Aquellos mayores de 16 años deberán presentar el original o la copia autenticada de su documento de identificación. Los menores de 16 años deberán presentar el original o la copia autenticada de su documento de identificación y el documento de identificación de uno de los padres o responsable.

Para más informaciones, acceda al sitio web
www.receita.fazenda.gov.br

PERMISO DE TRABAJO (EN PORTUGUÊS "CARTEIRA DE TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL – CTPS")

Qué es el CTPS y quién puede solicitarlo?

El Carné de Trabajo y Previsión Social (CTPS) es el documento que comprueba toda la vida funcional del trabajador. Este documento es obligatorio para el ejercicio de actividades profesionales y puede ser solicitado por cualquier persona mayor de 14 años, nacional o extranjera con residencia regular en Brasil.

Dónde puedo solicitar el CTPS?

El interesado en tener el CPTS deberá dirigirse a la Superintendencia Regional de Trabajo y Empleo (SRTE) o a la Gerencia Nacional más próxima de su residencia, con todos los documentos necesarios en mano. Informaciones sobre la localización de los puestos de atención pueden ser obtenidas por el teléfono 158 en la **Central de Atendimento Alô Trabalho**.

Cuáles son los documentos necesarios para solicitar el CTPS?

1. **Dos fotos en tamaño 3x4** con fondo blanco, coloridas o en blanco y negro, iguales y recientes;
2. **Registro Nacional de Extranjero (RNE)** original acompañada de copia (frente y verso) **O** protocolo expedido por la Policía Federal original acompañado de copia;
3. Los extranjeros que ya fueron reconocidos como refugiados deberán presentar también una copia de la publicación en el Diario Oficial (DOU) del acto de concesión de su status de refugiado, disponible en www.in.gov.br **O** el oficio del CONARE.

En caso de dudas y para más informaciones, entre en contacto con la Central de **Atendimento Alô Trabalho** por el **teléfono 158**.

PASAPORTE PARA EXTRANJERO (EN PORTUGUÉS "PASSAPORTE PARA ESTRANGEIRO")

Necesito viajar al exterior, pero no tengo pasaporte. Como debo proceder?

Para viajar, el refugiado deberá solicitar una autorización del CONARE y, con la declaración en manos, solicitar un pasaporte para extranjero en la Policía Federal. Este pasaporte es válido solamente para un viaje de ida y vuelta o podrá tener validez para un periodo específico si así lo decide la Policía en el momento de concesión. En lo general, la Policía Federal recoge el pasaporte cuando el refugiado retorna del viaje para el cual lo solicitó.

Quién puede solicitar ese pasaporte?

El pasaporte para extranjero emitido en Brasil podrá ser solicitado por apátridas, asilados y refugiados.

Paso a paso para solicitar la emisión del pasaporte para extranjero:

1. Entre en contacto con el CONARE por el teléfono (61) 2025-3659 o por el e-mail conare@mj.gov.br solicitando una autorización de viaje al exterior, informando el período, el motivo y el destino del viaje;

Atención: el refugiado que salir del país sin autorización previa de CONARE perderá su condición de refugiado.

2. Solamente después de obtener la autorización de CONARE, el refugiado deberá solicitar la emisión del pasaporte para extranjero en la Policía Federal (www.dpf.gov.br), para solo entonces providenciar la emisión de su pasaje aéreo;
3. Efectuar el pago de la tasa GRU-FUNAPOL por medio de la boleta de pago generada en el propio sitio;
4. Comparecer al puesto de atención indicado al final del requerimiento, presentando comprobante del pago de la tasa, documento de identidad y CPF.

En caso de dudas y para más informaciones, entre en contacto con la Policía Federal por el número 194 o acceda a www.dpf.gov.br

RESIDENCIA PERMANENTE

Quién puede solicitar la Residencia Permanente?

El refugiado o aislado en Brasil podrá solicitar la residencia permanente en cualquier unidad de la Policía Federal, si cumplir por lo menos uno de los requisitos abajo:

- a) Residir en Brasil por el mínimo de 04 (cuatro) años, en la condición de refugiado o aislado (conforme Resolución Normativa del CNlg n° 91, de 10 de noviembre de 2010); o
- b) Ser Profesional calificado y contratado por una institución instalada en el país; o
- c) Ser profesional con capacitación reconocida por órgano del área pertinente; o
- d) Estar establecido con negocio resultante de inversión de capital propio, que satisfaga los objetivos de la Resolución Normativa n° 84 del Consejo Nacional de Inmigración – relativos a la concesión de visa al inversor extranjero.

Paso a paso para solicitar la Residencia Permanente:

La solicitud de la Residencia Permanente deberá ser hecha en dos etapas:

1ª ETAPA

1. Rellenar el formulario de requerimiento en el sitio web del Ministerio de Justicia: www.mj.gov.br;
2. Efectuar el pago de la tasa GRU-FUNAPOL para extranjeros: disponible en el sitio web de la Policía Federal www.dpf.gov.br;
3. Comparecer a una unidad de la Policía Federal y presentar los siguientes documentos:
 - a) Formulario de requerimiento rellenado en el sitio web del Ministerio de Justicia;
 - b) Original y copia autenticada del RNE;

- c) Certificado de Antecedentes Penales expedido por el Instituto de Identificación de la Secretaría de Seguridad Pública del Estado de residencia del refugiado;
 - d) Original y copia autenticada del Permiso de Trabajo (CPTS);
 - e) Dos fotos en tamaño 3x4, con fondo blanco, coloridas, frontales, iguales, recientes y sin fecha);
 - f) Copia de comprobante de residencia (cuenta de agua, luz o teléfono fijo o móvil, o declaración del dueño del inmueble dónde la persona vive, atestando la residencial en el inmueble);
 - g) Declaración de ausencias de Brasil, especificando fechas de salidas y llegadas en el territorio nacional, con los respectivos destinos y motivos;
 - h) Comprobante del recaudo de la tasa GRU/FUNAPOL.
4. Además de los documentos indicados arriba, el extranjero puede además presentar en cualquier fase del proceso otros documentos que aunque no sean obligatorios pueden ser útiles:
- a) Garantía de matrícula y rendimiento escolar;
 - b) Diploma e/o Certificado de Formación e Curriculum Vitae;
 - c) Certificado de antecedentes del país de procedencia en caso de reunión familiar y demás documentos mencionados en la portería;
 - d) Prueba de medio de subsistencia;
 - e) Copia autenticada de documento de viaje, nítida y completa.
5. Acompañar el proceso en el sitio web www.mj.gov.br y aguardar la respuesta de la Policía Federal.

2ª ETAPA

Si el proceso es deferido, esto es, si la respuesta es positiva, después de la publicación del diferimiento de la solicitud en el Diario Oficial de la Unión, el interesado deberá seguir los siguientes pasos:

1. **Efectuar el pago de dos tasas GRU-FUNAPOL para extranjeros:** disponibles en el sitio web de la Policía Federal (www.dpf.gov.br)
2. Comparecer a la unidad de la Policía Federal y presentar los siguientes documentos:
 - a) Formulario de requerimiento relleno en el sitio web del Ministerio de Justicia;
 - b) Dos fotos en tamaño 3x4, con fondo blanco, coloridas, frontales, iguales, recientes y sin fecha;
 - c) Copia autenticada de las páginas del pasaporte válido (si lo tiene);
 - d) Copia autenticada del comprobante de la fecha de entrada en Brasil (si la tiene);
 - e) Copia del Diario Oficial en el cual fue publicado la concesión del proceso de permanencia (disponible en el sitio: www.in.gov.br). En caso de republicación presentar también la copia del Diário Oficial con la primera publicación;
 - f) Original y copia autenticada del RNE o del Protocolo;
 - g) Comprobante de recaudo de las dos tasas.

Atención:

1. El extranjero menor de 18 años deberá presentarse acompañado de los padres o del responsable legal;
2. Si el extranjero que consiguió la Residencia Permanente ausentarse del Territorio Nacional por más de **02 (dos) años ininterrumpido**, el perderá la permanencia y tendrá su registro y Cédula de Identidad de Extranjero **cancelados**.

CONTATOS ÚTEIS

USEFUL CONTACTS / CONTACTS UTILES / CONTACTOS ÚTILES

*Polícia Federal – PF / Federal Police
Police Fédérale / Policía Federal*

*Brasília: (61) 3223 2302 / 2024 8450 / 2024 8452
São Paulo: (11) 3538 5000
Rio de Janeiro: (21) 2203 4000 / 2203 4008
Manaus: (92) 3655 1515*

*Ministério da Justiça / Ministry of Justice
Ministère de la Justice / Ministerio de Justicia*

*Tel: (61) 2025 3587
Website: www.mj.gov.br*

*Comitê Nacional Para Refugiados (CONARE)
National Committee for Refugees / Comité National pour les
Réfugiés / Comité Nacional para Refugiados*

*Tel: (61) 2025 9225
Website: www.mj.gov.br/conare
Email: conare@mj.gov.br*

*Defensoria Pública da União
Public Defender's Union
Défenseur des Droits
Defensoría Pública de la Unión*

*Brasília: (61) 3347 7767 / 3214 1700
3214 1701 / 3105 7300
São Paulo: (11) 3627 3400
Guarulhos: (11) 2928 7800
Santos: (13) 3325 4900
Rio de Janeiro: (21) 2460 5000
Manaus: (92) 3133 1600
Salvador: (71) 3114 1850 / 3114 1877
Fortaleza: (85) 3474 8750
Porto Alegre: (51) 3216 6946
Cuiabá: (65) 3611 7400
Cáceres: (65) 3211-2300
Website: www.dpu.gov.br*

*Ministério do Trabalho e Emprego
Ministry of Labor and Employment / Ministère du Travail et de
L'Emploi / Ministerio del Trabajo y Empleo*

*Tel: (61) 3317 6000
Website: <http://portal.mte.gov.br>*

*Conselho Nacional de Imigração
National Immigration Council / Conseil National
D'Immigration / Consejo Nacional de Inmigración*

*Telephone: (61) 3317 6470
Website: <http://portal.mte.gov.br/cni>*

*Secretaria Especial de Direitos Humanos
Secretary for Human Rights / Secrétariat Spécial des Droits de
L'Homme / Secretaria Especial de Derechos Humanos*

*Tel: (61) 2025 3536
Website: www.sedh.gov.br
Email: direitoshumanos@sedh.org.br*

*Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados
United Nations High Commissioner for Refugees
Haut Commissariat des Nations Unies pour les Réfugiés
Alto Comisionado de las Naciones Unidas para Refugiados*

*Brasília: (61) 3044 5744
Manaus: (92) 3233 0288
Website: www.acnur.org.br
Email: brabr@unhcr.org
Caixa Posta: 8560, CEP: 70715-900*

*Sociedade Civil
Civil Society / Societé Civile / Sociedad Civil*

<i>Cáritas Arquidiocesana do Rio De Janeiro</i>	<i>Tel: (21) 2567-4177 / 2567-4105 Rua São Francisco Xavier, n.º 483 Bairro Maracanã. Rio de Janeiro, RJ Cep: 20550-011 Email: carj.refugiados@caritas-rj.org.br</i>
<i>Cáritas Arquidiocesana de São Paulo</i>	<i>Tel: (11) 3115-2674 / 3241-3239 Rua Venceslau Brás, 78, 2º Andar, Praça da Sé São Paulo, SP Cep: 01016-000 Email: casp.refugiados@uol.com.br</i>
<i>Cáritas Arquidiocesana de Manaus</i>	<i>Tel: (92) 3212 9030 Avenida Joaquim Nabuco 1023, Centro CEP: 69020-030 Email: caritas@arquimanaus.org.br</i>
<i>Instituto Migrações e Direitos Humanos</i>	<i>Tel: (61) 3340-2689 Quadra 07, Conjunto C, Lote 01 Vila Varjão/Lago Norte, Brasília, DF Cep: 71540-400 Email: imdh@migrante.org.br website: www.migrante.org.br</i>
<i>Associação Antônio Vieira</i>	<i>Tel: (51) 3254-0140 Caixa Postal 278 Agência Central Porto Alegre, RS Cep: 90001-970 Email: refugiados9474@yahoo.com.br website: www.asav.org.br</i>
<i>Centro de Defesa dos Direitos Humanos</i>	<i>Tel: (11) 2358-9606 Caixa Postal 63 - Guarulhos, SP Cep: 07112-000 Email: cddh.guarulhos@gmail.com</i>

Fotos: @ACNUR

Projeto gráfico e diagramação: Compasso Comunicação – www.artecompasso.com.br

Todas as fotos presentes nessa publicação representam situações com refugiados no Brasil.

Para mais informações entrar em contato com o Escritório do ACNUR no Brasil.

Caixa Postal 8560, CEP: 70312-970, Brasília / DF, Brasil

Telefone: (61) 3044 5744

Correio Eletrônico: brabr@unhcr.org

Website: www.acnur.org.br

Twitter: @ACNURBrasil



**UNHCR
ACNUR**

Agência da ONU para Refugiados



Caritas
Manaus-Amazonas



CÁRITAS
ARQUIDIOCESE
DE SÃO PAULO



C.D.D.H. Guarulhos - SP.



CARITAS



ASAV
Associação Antônio Vieira - BRM

Comitê Nacional
para os Refugiados

Secretaria
Nacional de Justiça

Ministério da
Justiça

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PAÍS RICO E PAÍS SEM POBREZA